

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 12 | edição nº 1 | 2023

*A cor do gato: geopolítica Norte-Americana e Chinesa
em perspectiva comparada*

Eduardo Migowski g

 **Igepri**
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 **unesp**
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A COR DO GATO: GEOPOLÍTICA NORTE-AMERICANA E CHINESA EM PERSPECTIVA COMPARADA

Eduardo Migowski¹

RESUMO: O presente estudo foi realizado com o objetivo de construir uma visão panorâmica a respeito das causas e das possíveis consequências da disputa hegemônica entre a China e os EUA. A interpretação proposta é resultado de uma abordagem comparativa em diferentes níveis. Ao longo do artigo, foram postas em perspectiva histórica a ascensão estadunidense e chinesa e a estratégia das duas superpotências para conquistarem a liderança global no século XXI. Por fim, foram apresentadas algumas hipóteses a respeito de como será a dinâmica internacional, ainda em estágio embrionário, quando o processo de rejuvenescimento chinês estiver finalmente concluído.

Palavras-chaves: China, EUA, História, Geopolítica, Transição de Poder.

RESUMEN: El siguiente estudio se realizó con el objetivo de construir una visión panorámica de las causas y posibles consecuencias de la disputa hegemónica entre China y EE. UU. La interpretación que ahora se presenta se realizó desde un enfoque comparativo. A lo largo del artículo, se pone en perspectiva histórica la geopolítica de los imperios angloamericanos, el ascenso de Estados Unidos y China, y la estrategia actual de las superpotencias para lograr el liderazgo global. Finalmente, se presentaron algunas hipótesis sobre la nueva dinámica internacional, aún en etapa embrionaria

Palabras Clave: China, Estados Unidos, Historia, Geopolítica, Transición de Poder.

ABSTRACT: The study below was carried out with the aim of building a panoramic view of the causes and possible consequences of the hegemonic dispute between China and the US. The interpretation presented now was carried out from a comparative approach. Throughout the article, the geopolitics of the Anglo-American empires, the rise of the United States and China, and the superpowers' current strategy for achieving global leadership are put into historical perspective. Finally, some hypotheses about the new international dynamics, still in an embryonic stage, were presented.

Keywords: China, USA, History, Geopolitics, Power Transition.

¹ eduardomigowski@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 2019, o democrata “Jimmy” Carter escreveu uma carta aberta ao republicano Donald Trump com críticas à diplomacia norte americana do período pós-Guerra Fria. As palavras do ex-presidente fugiram ao usual: “você tem medo de que a China nos supere, e eu concordo com você. Mas você sabe por que a China nos superará? (...). Você sabe quantas vezes a China entrou em guerra com alguém? Nem uma vez, enquanto nós estamos constantemente em guerra”, queixou-se. (CARTER *apud* BRENNAN, 2019).

As acusações não foram ao acaso. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA passaram a influir nos rumos da política global de maneira poucas vezes vista na história humana. A inédita concentração de poder os colocou na condição de principais arquitetos das instituições multilaterais, que, obviamente, teriam os valores ocidentais como base. Os ideólogos estadunidenses passaram a chamar esse sistema de *Ordem Liberal*, apresentado como uma comunidade democrática, regida por regras justas e orientada pelo livre-comércio.

A paz, contudo, não foi alcançada. Durante boa parte do século XX, as guerras foram justificadas como necessárias para defender a *liberdade* das investidas *totalitárias*. Quando o entrave comunista deixou de existir, porém, as expectativas mostrar-se-iam ilusórias. De lá para cá, os EUA se envolveram diretamente em seis guerras: Iraque (1991), Bósnia (1995), Kosovo (1999), Afeganistão (2001), Iraque novamente (2003) e Líbia (2011) (MEARSHEIMER, 2014). No período pós-Guerra Fria, de forma paradoxal, os principais conflitos foram provocados justamente pelo ator que, em tese, deveria estabilizar o sistema. Esse é o motivo da queixa de Jimmy Carter.

Entrementes, os chineses assumiram postura discreta, enquanto eram integrados à *Ordem Liberal*. O resultado foram quatro décadas de crescimento próximo à casa dos dois dígitos (MAHBUBANI, 2021). Enquanto a participação dos EUA na economia global passou de um quarto em 1991 para um sétimo hoje (ALLISON, 2020), o PIB chinês, 191,1 bilhões de dólares em 1980, atingiu 14, 7 trilhões de dólares em 2020. (MAIA; PAUTASSO, 2021). “A mudança tectônica foi tão dramática quanto qualquer transformação que os Estados Unidos testemunharam em seus 244 anos. Parafraseando Vaclav Havel (...), aconteceu tão rápido que ainda não tivemos tempo de nos espantar” (ALISSON, 2020, tradução nossa).

A alteração na correlação de forças pode ser percebida no discurso das autoridades. Se no durante a década de 1990, o PCCh adotou a diretriz conhecida como *esconder suas capacidades e esperar o momento certo*. (DOSHI, 2021); nos últimos anos, ao contrário, a palavra de ordem tem sido *lutar por conquistas*. O conceito de *comunidade de destino comum* foi introduzido na narrativa diplomática para, em nome da necessidade de ampliação dos

mecanismos de governança, legitimar o papel de liderança que Pequim deseja desempenhar nas próximas décadas. (SHAMBAUGH, 2020; RATO, 2020). Nesse cenário, os especialistas se dividem entre àqueles que falam no surgimento de uma nova hegemonia na Ásia e os que relativizam tal afirmação, lembrando que, em termos absolutos o poder norte-americano não cessou de crescer nas últimas décadas.

Esse artigo foi escrito com o objetivo de explicar os motivos e as consequências do retorno da disputa hegemônica. Três perguntas básicas precisam ser respondidas: 1. a ascensão de novos polos de poder levará de fato ao colapso do poder global norte-americano? 2. Quais consequências na dinâmica internacional do declínio do sistema unipolar já podem ser verificadas? 3. O que esperar da China enquanto ator global? Para responder esses questionamentos é preciso compreender a formação da *Ordem Liberal*, os fatores que permitiram a consolidação da *Pax Americana* e, em tempos mais recentes, que possibilitaram expansão do poder global chinês. Apenas desse modo será possível algum nível de orientação num cenário de rivalidades emergentes e de incertezas sistêmicas, mesmo que precário.

De acordo com o que foi exposto acima, ao longo do estudo, foi utilizado o método comparativo. A inserção global das superpotências será colocada em perspectiva histórica. A finalidade é perceber aspectos fundamentais, tais como: interesse nacional, padrão comportamental, necessidade material, cultura política e métodos empregados para atingir os objetivos traçados. Para tanto, o texto foi dividido em duas partes. A primeira focará na história norte-americana e a chinesa durante os séculos XIX e XX. Na sequência, a atual estratégia geopolítica e as possíveis consequências do retorno da rivalidade hegemônica no século XXI serão analisadas. O estudo busca construir uma visão ampliada a respeito do complexo jogo de poder entre Washington e Pequim, cujo desenrolar, não é exagero afirmar, ditará o rumo da humanidade nas próximas décadas.

2. EUA E CHINA: COMPARAÇÃO ENTRE POTÊNCIAS EMERGENTES

2.1 ESTADOS UNIDOS

A expansão do poder global norte-americano nos séculos XIX e XX pode ser dividida em três momentos. No primeiro (1776\1890), seguindo dos parâmetros da *Doutrina Monroe*, a política externa resguardou o continente americano como área natural de influência, afastando-se, em consequência, dos assuntos globais. Ora, se a América deveria ser dos americanos, a Europa seria assunto dos europeus. A alegação era de que os valores do Novo Mundo eram diferentes dos propagados no Velho Mundo. O presidente John Quincy Adams (1767-1848),

por exemplo, explicou a razão dessa postura “desinteressada” com as seguintes palavras: “como os Estados Unidos buscavam não domínio, mas liberdade, deveriam evitar o envolvimento em qualquer disputa do mundo europeu” (ADAMS *apud* KISSINGER, 2014, p. 4175).

O relativo isolacionismo não poderia perdurar indefinidamente. Na segunda metade do século XIX, os EUA vivenciariam uma modernização vertiginosa. Entre 1840 e 1895, o país saiu da quinta posição para assumir a liderança da produção industrial mundial (BANDEIRA, 2016). Até a década de 1890, a intensificação da atividade econômica foi equilibrada por meio da ampliação do mercado interno e da malha ferroviária. Contudo, por mais que fosse elástico, o mercado doméstico não era infinito. Cedo ou tarde, o crescimento teria que ser direcionado para além das fronteiras nacionais.

A segunda fase (1890/1945), de transição do isolacionismo para o expansionismo, deve ser compreendida em duas etapas distintas. A primeira (1890/1918) representou o início da inserção global dos EUA. Nesse período, aliás, foram utilizados métodos análogos aos empregados pelas potências europeias. Foi somente no segundo período (1918\1945), que, inspirados pelas ideias do presidente Woodrow Wilson (1856-1924), os norte-americanos passaram a ambicionar a construção de um sistema alternativo. Os Catorze Pontos de Wilson tencionavam fundar uma ordem orientada por princípios éticos, sobrepostos aos interesses individuais dos Estados.

A narrativa não era inocente. Quando determinada nação vincula sua política externa a valores universais, implicitamente, está sendo dito que os governos que não compartilham dos mesmos ideais não podem ser considerados completamente legítimos. Assim, em nome de uma ética transcendente, o direito soberano poderia ser suspenso, instaurando uma tensão permanente entre a soberania dos Estados e a necessidade de construção de uma comunidade internacional verdadeiramente harmônica, entre os princípios de Westfalia e o ideário iluministas.

Foram esses os pressupostos que, no século XX, consolidaram a hegemonia global norte-americana. Se (*Theodor*) Roosevelt e seus aliados viam o expansionismo como fim em si mesmo, Wilson e seus seguidores deram caráter instrumental ao idealismo, fundindo o interesse nacional à missão messiânica de pacificar e democratizar o mundo. O mesmo excepcionalismo que Quincy Adams usou para justificar o distanciamento global do seu país, seria evocado para legitimar o ativismo internacional estadunidense. Como demonstrou o historiador Perry Anderson (2015), o lento deslizamento do isolacionismo para o imperialismo foi resultado de um *complexio oppositorum* (união de opostos), unindo o mito da

excepcionalidade nacional, oriunda da colonização puritana, à universalidade das ideias iluministas, herdada da Guerra de Independência (ANDERSON, 2015).

O contexto parecia favorável. A Primeira Guerra Mundial demonstrou o perigo subjacente à lógica do equilíbrio de poder. Era preciso mudar. Àquela altura, porém, os EUA ainda não estavam suficientemente maduros para assumir tamanho protagonismo nos assuntos globais. De acordo com Perry Anderson (2015), até a Primeira Guerra Mundial, o comércio exterior respondia por somente 10% do PIB. Ou seja, em grande medida, a economia americana continua autárquica. Em pouco tempo, a iniciativa de Wilson logo foi abandonada. O quadro mudou após 1945. Após a Segunda Guerra Mundial, Os EUA haviam concentrado mais poder do que qualquer outro Estado na história recente e passaram a atuar para dificultar a inevitável perda do seu poder relativo.

Os teóricos das relações internacionais costumam argumentar que a consolidação de uma nova hegemonia requer mais do que peso econômico e poder militar. É preciso, sobretudo, capacidade para liderar (PEREIRA, 2010). Nesse caso, torna-se fundamental a criação de uma ordem reconhecida como compatível aos interesses dos países que integram a esfera de poder que está sendo estruturada. Em outras palavras, em troca do reconhecimento da sua supremacia, a potência dominante precisa oferecer compensações materiais e simbólicas aos atores menos poderosos (COX, 1973). Caso contrário, a coesão sistêmica estará permanentemente ameaçada.

Na segunda metade do século XX, essa lacuna foi preenchida após o advento da Guerra Fria. Na impossibilidade de promover uma política imperialista aos moldes do século XIX, os norte-americanos usaram a força moral, subjacente à ideia de *líderes do mundo livre*, para conformar sua área de influência. Ora, considerando que a defesa das *instituições democráticas* necessitava de um dispositivo de segurança contra a *ameaça totalitária*, foi formada de uma rede interligada de bases militares, capaz de atuar em qualquer região do planeta (JONSHON, 2007). Foi essa estratégia que, segundo o historiador o Perry Anderson (2015), possibilitou a síntese duradoura entre *realismo rooseveltiano* e *idealismo wilsoniano*.

Por cerca de sete décadas, o ideal de uma ordem segura para a democracia legitimou o equilíbrio assimétrico, favorável aos interesses de Washington. Como o ex-presidente Barack Obama reconheceu, a chamada Ordem Liberal não resultou apenas *espírito altruísta* do seu país, pois, “além de ajudar a garantir nossa segurança, ela abria mercados para nossos produtos, mantinha as rotas marítimas abertas para nossos navios e permitia um fluxo contínuo de petróleo para nossas fábricas e nossos carros” (OBAMA, 2020, p.343). A confissão do

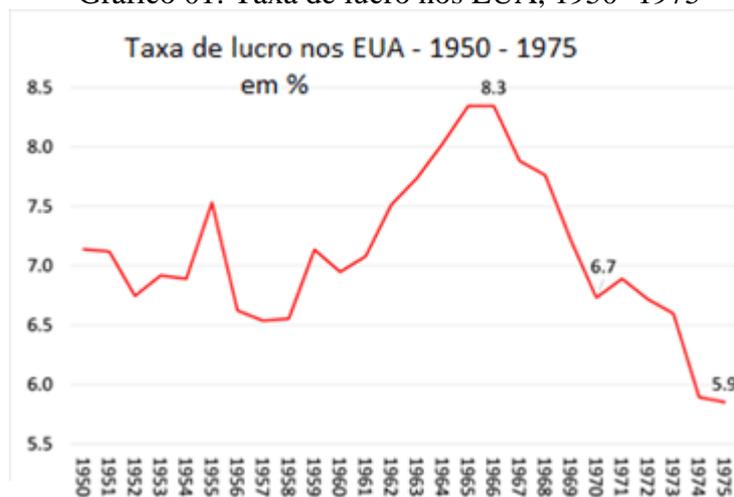
democrata encontra eco nas palavras do historiador Eric Hobsbawm: “durante a Guerra Fria, o crescimento global das companhias americanas deu-se sob o patrocínio do projeto político dos Estados Unidos, com o qual a maioria dos dirigentes empresariais, assim como a maioria dos americanos, estava identificada” (HOBSBAWM, 2007, p. 74).

É preciso destacar que, inicialmente, a Ordem Liberal não beneficiou apenas à principal superpotência capitalista, a prosperidade foi igualmente espetacular nos países desenvolvidos e em parte do mundo subdesenvolvido. Na verdade, como assinalou o historiador Eric Hobsbawm (2003), entre 1950 e 1973, com exceção da Grã-Bretanha, os EUA cresceram mais devagar do que qualquer outro país. A Era de Ouro foi um fenômeno mundial. O motivo era político. Sobretudo após 1953, quando teve início à fase conhecida como Coexistência Pacífica, diante da impossibilidade de recorrer à solução militar, os dois blocos passaram a demonstrar, por meio de resultados econômicos e sociais, superioridade em relação ao rival. Para isso, no lado capitalista, os dogmas foram relativizados e medidas de estímulo ao desenvolvimento passaram a ser sistematicamente adotadas nas áreas consideradas estratégicas.

No que diz respeito à *Pax Americana*, o resultado foi ambíguo. Num primeiro momento, as altas taxas de crescimento serviram de compensação material à liderança norte-americana e, portanto, contribuíram para a coesão do bloco ocidental. Posteriormente, contudo, países como Alemanha e Japão ganharam *musculatura* suficiente para trilhar caminho alternativo ou até mesmo questionar a hegemonia de Washington. Foi esse fenômeno que deu origem à *Détente*, período no qual Estados Unidos e União Soviética, sentindo-se ameaçados, aproximaram-se com o objetivo de promover o *Congelamento de Poder Mundial* e, assim, impedir a ascensão de concorrentes no interior dos respectivos blocos de poder.

No início dos anos 1970, porém, o crescimento espetacular do pós-guerra começou a dar sinais de esgotamento. Entre 1974-75, como demonstrado no Gráfico 01, o declínio da lucratividade do capital nos países centrais culminou na primeira crise pós-Segunda Guerra Mundial. (ROBERTS, 2021). Nos EUA, a recuperação europeia e a valorização do petróleo provocaram sucessivos déficits comerciais (ROBERTS, 2021). Em consequência, o sistema financeiro de Bretton Woods foi abandonado em 1971. Pouco tempo depois, as tropas estadunidenses deixaram o Vietnã derrotados, abalando de forma significativa a supremacia norte-americana no campo econômico, político e simbólico. Diante do cenário pouco alvissareiro, intelectuais de renome passaram a apostar no declínio da hegemonia estadunidense (KENNEDY, 2009; WALLERSTEIN, 2019).

Gráfico 01: Taxa de lucro nos EUA, 1950- 1975



Fonte: ROBERTS, 2021

Não foi o que ocorreu. Na década de 1980, o quadro foi revertido. (FIORI, 2004; GONJJO, 2020). Contudo, hoje está claro, que, por mais que a capacidade de liderança norte-americana tenha sido recuperada nos anos 1980/90, a derrota no Vietnã representou o início do declínio relativo da supremacia econômica do mundo desenvolvido, tendência acentuada após o fim da Guerra-Fria. Na segunda metade do século XX, os países centrais eram responsáveis por cerca de 80% da exportação global de bens manufaturados (HOBSBAWM, 2003). Na primeira década do século XXI, contudo, a participação das nações desenvolvidas na produção global de riquezas caiu de 59,9 % para 33,9% (IPEA, 2011). Além disso, nos últimos treze anos, entre 2009 e 2021, a média de crescimento dos países emergentes foi três vezes superior à média global (LEVY, 2021).

Seja como for, do ponto de vista geopolítico, o poder global dos EUA atingiu o ápice nos anos 1990. Após o colapso da URSS, os norte-americanos eram os únicos com capacidade de projetar poder mundialmente. O argumento era potente. Por mais que a economia de mercado tivesse demonstrado superioridade em relação às demais, o capitalismo ainda não havia encontrado seu formato universal, era preciso levar as instituições democráticas aos povos que ainda se encontravam sob o jugo da tirania. Assim, para que o *destino manifesto* pudesse ser concretizado, não poderia haver limites para a atuação dos EUA (ANDERSON, 2015). Pela primeira vez na história, o mundo inteiro passou a ser parte da esfera de poder de um único país.

Segundo Ellen Wood (2006), a particularidade do capitalismo é que ele criou um sistema no qual a dependência é imposta pelo mercado e não, como nos anteriores, pela conquista territorial. Por isso, a historiadora argumenta que os EUA formaram o primeiro

império verdadeiramente capitalista da história, pois, sobretudo na década de 1990, eram os únicos atores capacitados para criar as condições necessárias para o funcionamento do mercado globalizado.

O motivo é que a globalização configura uma realidade complexa e contraditória, pois, ao mesmo tempo em que idealizava uma ordem integrada, é gerida por múltiplos atores, com interesses conflitantes. Para que a globalização pudesse funcionar de forma minimamente coerente, portanto, foi necessário algum tipo de enquadramento externo. Essa foi a função assumida pelos EUA (WOOD, 2006). Além disso, como destacou José Luís Fiori (2004), poder é fluxo, não estoque; assim, quando os EUA atuavam para garantir a circulação de capital, reforçavam a própria hegemonia. Essa é a explicação para o fato de, nas duas primeiras décadas pós-Guerra Fria, o gasto militar dos EUA superar os investimentos em defesa das dez nações mais ricas do mundo combinados (ALLISON, 2020).

O problema é que, diante da inexistência de uma ameaça real que justificasse ações dessa magnitude, aos poucos, a liderança norte-americana foi sendo desgastada. Na virada do milênio, o declínio relativo no campo econômico passou a ser sentido também no campo político. Durante a Era Bush, escorado na frágil *Doutrina da Guerra Preventiva*, os EUA passaram a definir seus inimigos de acordo com as conveniências geopolíticas, afastando a estratégia realista da narrativa idealista. No fim, isolados, tornaram-se dependentes quase que exclusivamente do poder militar e econômico para perseguir seus interesses estratégicos (HOBSBAWM, 2007).

Barack Obama tentou reverter a imagem negativa herdada do antecessor. O democrata buscou dialogar com os governos antes classificados como *Eixo do Mal*. Foram abertas negociações com Cuba (relaxamento dos embargos), Irã (Acordo Nuclear) e Rússia (redução do arsenal nuclear). A personalidade carismática do primeiro presidente negro da história do país, no entanto, foi insuficiente para mascarar as semelhanças entre democratas e republicanos. No que diz respeito aos conflitos bélicos, ocorreu somente a mudança de foco do Iraque para o Afeganistão. Apenas um ano após a saída de George W. Bush da Casa Branca, a força militar empregada contra o Talibã dobrou e as operações especiais na região aumentaram em 600% (ANDERSON, 2015).

A tão aguardada mudança teve início em 2016, após a volta dos republicanos ao poder, só que para pior. Sem planejamento prévio, a diplomacia do governo Donald Trump oscilou de acordo com o temperamento instável do presidente. Com perceptíveis limitações intelectuais, somada à pouca disposição para ouvir seus conselheiros, a política externa da

Era Trump foi marcada pelas atitudes intempestivas do presidente, que impossibilitaram o andamento das políticas de médio e longo prazo. O rechaço ao multilateralismo permitiu que outras nações assumissem protagonismo global². Se na *Era Bush* o mundo passou a desconfiar da sinceridade do ativismo moral norte-americano, na *Era Trump*, aparentemente, nem os próprios americanos acreditavam mais na identidade idealista do país.

Diante do crescente protagonismo chinês, as teorias a respeito das *transições hegemônicas* passaram a ocupar o centro do debate especializado. (MIGOWSKI, 2021). Nesse aspecto, alguns cuidados são necessários. Em 1945, após o colapso do sistema internacional, o peso político, econômico, cultural e militar norte-americano atingiu patamares até então inimagináveis. No século XXI, a realidade é bem diferente. Atualmente, os chineses são responsáveis por apenas 15% do PIB mundial e os norte-americanos respondem por 23% (HENDLER, 2021).

Em termos absolutos, o poder estadunidense não parou de crescer. Por mais que a China deva se tornar a principal potência econômica já na próxima década, a diferença entre o crescimento dos dois países tem diminuído. Em 2021, por exemplo, o PIB norte-americano apresentou o melhor resultado desde 1984, sobretudo no quarto trimestre, surpreendendo as expectativas, tendência que se manteve nos primeiros meses de 2022 (BASTOS, 2022).

Além disso, os EUA possuem vantagens consideráveis no campo econômico, político, militar e cultural em relação a todos os concorrentes. Por mais expressivos que sejam, os gastos nas áreas de defesa e política externa equivalem a aproximadamente 4% do PIB nacional, menos da metade dos valores investidos durante a Guerra Fria (NYE, 2017). Há, portanto, ampla margem para crescimento. Antes, contudo, os EUA precisam propor um modelo de desenvolvimento que recupere a capacidade governamental de fornecer de bens e serviços de qualidade, que combata as desigualdades sociais e retome a centralidade do Estado na produção de novas tecnologias (MAZZUCATO, 2016; PIKKETY, 2020)

Seja como for, mesmo que a ascensão da Ásia seja incapaz de decretar o fim da Ordem Liberal, seu potencial para transformá-la de maneira decisiva é inegável. Nas próximas décadas, portanto, é provável que seja travada uma disputa para adequar os mecanismos de *governança global* aos objetivos geopolíticos das duas superpotências: China e Estados Unidos. Mesmo que nesse momento o resultado ainda não seja claro, as estratégias já estão bem delineadas. Entendê-las é fundamental para que possamos compreender a mudança na das relações de poder

² Os EUA saíram do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, da Parceria Transpacífica e do Acordo Climático de Paris.

no interior do sistema internacional, cujas consequências, em certa medida, ditarão os rumos da política global do século XXI.

2.2 CHINA

Se a inserção norte-americana na ordem europeia pode ser considerada prolongamento do desenvolvimento interno (KISSINGER, 2012), a experiência chinesa resultou do colapso das instituições imperiais. Até o século XIX, a China era um Império relativamente estável, controlado, desde o século XVI, pela Dinastia Qing. A derrota na Primeira Guerra do Ópio (1838/1842), no entanto, deu início a uma duradoura crise de identidade, que se prolongou até meados do século XX, registrada na memória coletiva como *Século de Humilhação*.

Doravante, de forma reiterada, a civilização que se imaginava o centro do universo seria obrigada a ceder parte da sua soberania às potências estrangeiras. O trauma provocado pelo imperialismo europeu não deve ser desprezado. Até hoje, para ter legitimidade, qualquer governo precisa corrigir os problemas gerados durante o *Século de Humilhação*, de modo a restaurar o lugar da China no mundo como nação poderosa. É isso que as autoridades chamam de Rejuvenescimento Nacional. Para os chineses, tamanho aviltamento só foi possível devido a dois motivos: enfraquecimento da dinastia Qing e ingerência estrangeira. Em função disso, as frequentes exigências ocidentais de que os o país asiático reforme suas instituições acaba por remeter aos piores momentos da história dessa civilização milenar (TISCHLER, 2020).

Se no século XIX a queda foi vertiginosa, no XX, o renascimento foi igualmente impressionante. A retomada do protagonismo no sistema internacional foi resultado da confluência de três fatores: 1. tradição milenar; 2. centralização política, conquistada após a Revolução de 1949 e 3. a integração à economia capitalista, ocorrida a partir do final dos anos 70 (ANDERSON, 2019). A Revolução de 1949 é parte fundamental da restauração da soberania perdida no século anterior, pois, o fim da fragmentação promovida pelos *senhores da guerra*, permitiu a reunificação nacional (HOBSBAWM, 2003). Após a consolidação do PCCh no poder, a modernização passou a ser prioridade. Para tanto, o auxílio da União Soviética era essencial. (SHAMBAUGH, 2020). Um dos primeiros atos do governo Mao foi a assinatura do Tratado Sino-Soviético de Amizade em 1950, que, além da assistência técnica, proporcionou importante ajuda militar.

Moscou, porém, recusou-se a transferir tecnologia para uma nação que, todos sabiam, almejava liderar o bloco comunista, iniciando uma rivalidade crescente que culminou com a ruptura definitiva entre os dois países em 1960 (SHAMBAUGH, 2020). O desgaste da parceria levou Pequim, entre o *Grande Salto Adiante* (1958/1962) e o fim da *Revolução*

Cultural (1976), a buscar autonomia, distanciando-se do conflito bipolar. A postura de neutralidade foi oficializada com a apresentação dos *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica* (1954), inicialmente concebidos para arrefecer as tensões na fronteira sino-indiana, mas que, posteriormente, passaram a orientar também as discussões multilaterais (RATO, 2021).³

Ao morrer em 1976, Mao Tse-Tung deixou uma herança paradoxal. Ao mesmo tempo em que houve inegáveis avanços sociais, sobretudo no campo educacional, a Revolução Cultural deixou a nação destruída (ANDERSON, 2018; HOBBSAWM, 2003). Além disso, no final da década de 1970, o sistema socialista agonizava no mundo inteiro e a economia planificada necessitava de reformas estruturais. É nesse momento que um grupo de reformistas, liderados por Deng Xioping, promoveu um conjunto de reformas e deu início à terceira fase da retomada do poder global chinês, marcada pela integração à economia global.

A virada ocorreu em 1979, quando foi anunciado o *Programa das Quatro Modernizações*. O objetivo era promover a reestruturação de quatro áreas estratégicas – educacional, industrial, agrícola, tecnológica e de defesa – que estariam dificultando a continuidade da modernização nacional (MARTI, 2021). O desenvolvimento associado foi retomado; dessa feita, porém, a parceria foi com o outro lado da *Cortina de Ferro*. A partir de 1982 começaram a ser criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), cidades litorâneas selecionadas para receber investimento estrangeiro direto (IED). Segundo a economista Isabela Nogueira (2022), ao contrário das demais nações subdesenvolvidas, a abertura chinesa não se limitou à desregulamentação financeira, mas criou regras para disciplinar os investimentos, tais como acordos de transferência de tecnologia, regras de conteúdo nacional e cotas para exportação e geração de empregos.

Isabela Nogueira ressalta que, nos anos 2000, emergiu um modelo de *Estado Investidor*, no qual o crescimento passou a ser sustentado por uma taxa de investimento público acima de 40% do PIB. “A China se inseriu nestas cadeias globais com um projeto de desenvolvimento autônomo (...). Emergiu daí um capitalismo de Estado com características chinesas que é hoje o maior desafio estratégico à hegemonia dos Estados Unidos desde o final da Guerra Fria (ISABELA, 2022). O resultado foi um *desenvolvimentismo com características chinesas*, sistema híbrido, baseado tanto na economia de mercado capitalista

³ *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica*: 1. respeito à integridade territorial, 2. não agressão, 3. não interferência nos assuntos internos, 4. igualdade e 5. coexistência pacífica.

quanto no planejamento estatal socialista. A Tabela 01 apresenta de forma resumida as transformações políticas pelas quais a China passou nas últimas décadas.

Tabela 01: mudanças no sistema político chinês entre 1979 e 2012

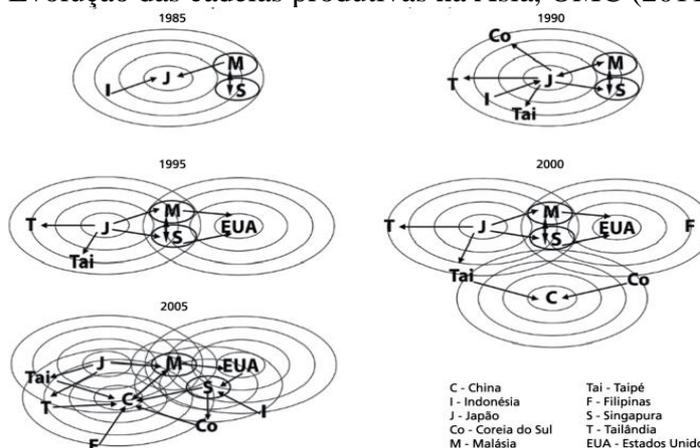
	1979-1992	1992-2000	2000-2012
Estado	Abolição das estruturas de planejamento comandado Transformação das empresas de aldeias e municípios Criação de zonas de processamento de exportação	Reforma do sistema financeiro e reforma fiscal Reforma das estatais Abertura ao investimento direto estrangeiro (IDE)	Reorganização dos ministérios Criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), responsável pela coordenação horizontal das reformas Criação da State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council (SASAC) responsável pelas estatais
Partido	Evolução do quadro partidário Separação entre lideranças políticas e militares	Aumento dos quadros técnicos – tecnocracia partidária Consolidação da liderança colegiada	Abertura do partido a várias representações políticas Flexibilidade nas nomeações da nomenclatura política
Governo	Planejamento estratégico com consultas amplas	Lei da empresa Reforma do sistema financeiro e tributário Abertura ao IDE e marco regulatório para os investimentos Lei e regulação para o mercado de capitais, ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC)	Regulamentação do remímbi e progressiva regionalização Aumento dos acordos regionais e inter-regionais Expansão dos investimentos globais Criação da zona livre de Xangai

Fonte: JAGUARIBE, 2015

No início do século XXI, após décadas de crescimento próximo aos dois dígitos, a China deixou de ser dependente dos investimentos estrangeiros e se tornou a primeira exportadora e a segunda importadora mundial (SCHUTTE, 2021). Atualmente, a China é a principal parceira comercial dos grandes países do Leste Asiático, incluindo os aliados históricos dos EUA (ALISSON, 2020), o que tornou o equilíbrio de poder favorável à Pequim (ALLISON, 2020). A Figura 01 dá a dimensão visual da centralidade crescente chinesa para a integração produtiva do continente asiático.

Após acumular reservas monetárias da ordem três trilhões de dólares, Pequim passou a apostar no que alguns analistas estão chamando de *globalização chinesa* (ALLISON, 2020). Cerca de um trilhão e meio de dólares foi destinado à Nova Roda da Seda (OBOR), ousado projeto de infraestrutura que visa conectar os centros financeiros europeus e asiáticos. Além disso, considerando que garantiu a supremacia das potências nos últimos dois séculos foi o controle das rotas marítimas, é fundamental disputar espaço com os americanos também no Pacífico. Nesse caso, o objetivo é colocar a supremacia da maior potência marítima mundial à prova e, desse modo, reconfigurar o espaço marítimo. Em 2020, foi assinado um impressionante acordo de livre comércio, conhecido como RECEP, entre as 15 principais economias do eixo Ásia-Pacífico.

Figura 01: Evolução das cadeias produtivas na Ásia, OMC (2011)



Fonte: JAGUARIBE, 2015

A *globalização chinesa* deve ser vista como parte de uma estratégia mais ampla. Até o final da Idade Média, as civilizações mais prósperas eram as do oriente, notadamente os impérios Otomano e Chinês. O que permitiu tamanha supremacia foi o fato do fluxo comercial ser terrestre. A ascensão das potências europeias alterou as rotas internacionais. Portugal, Espanha, Holanda e, por fim, Inglaterra foram impérios marítimos. Os EUA seguiram o mesmo caminho. O resultado foi expressivo. Atualmente, o comércio oceânico responde por mais de 90% das trocas mundiais (SOLISTICA, 2019).

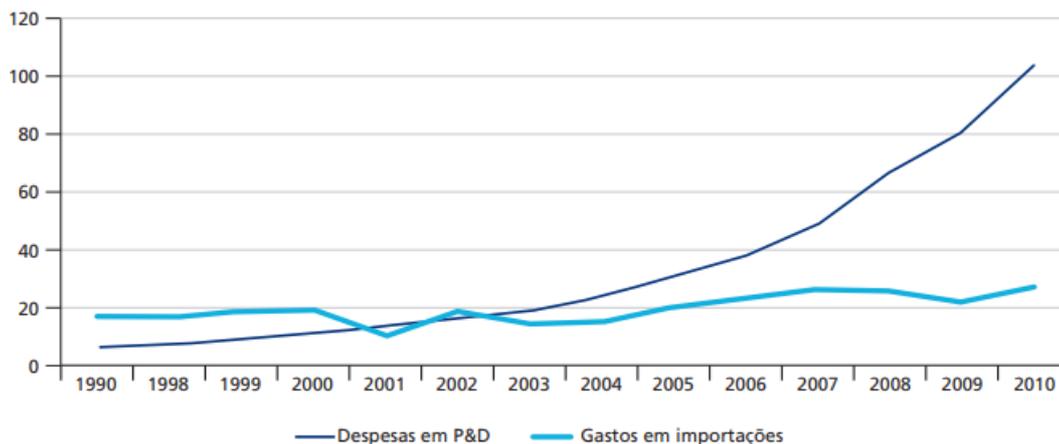
A razão da previsão de Makinder era o intenso desenvolvimento tecnológico do início do século XX⁴. O geógrafo olhava para o potencial operacional das ferrovias. Na segunda metade do século XX, por mais que a URSS tivesse o domínio político da região, não houve projetos expressivos de integração logística entre o Leste europeu e a Ásia Central. Pequim não pretende repetir o erro. A ambição dos investimentos em infraestrutura, realizados pela Nova Rota de Seda, é conectar o mercado europeu ao asiático. Quando o Eixo comercial da União Europeia for deslocado do ocidente para o oriente, os Estados Unidos perceber-se-ão isolados na América. A transição estará concluída.

A partir de 2010, o governo chinês ampliou os esforços para mudar o perfil da produção nacional, priorizando setores intensivos em tecnologia. Isabela Nogueira (2022) destacou que, nesse caso, o objetivo não é apenas realizar *catch-up* em relação às potências centrais, mas assumir a liderança na produção de tecnologia em setores específicos, considerados

⁴ Devido à importância estratégica da região, Mackinder chamou a eurásia de *ilha mundo*, cujo coração (*heartland*) estaria situado entre o mar Báltico e o mar Negro. Assim, numa construção que se tornaria clássica, o geógrafo afirmou que quem controlasse a *heartland* controlaria a *ilha mundo* e, quem controlasse a *ilha mundo*, controlaria o mundo.

estratégicos. Em 2010, como demonstrado no Gráfico 02, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ultrapassou 100 bilhões de dólares, crescendo cerca de 20 vezes desde 1990.

Gráfico 02: Gastos em P&D e importação de tecnologia (Em US\$ bilhões)



Fonte: JAGUARIBE, 2015

Criado em 1985, o Sistema Nacional de Inovação passou a coordenar a produção industrial às pesquisas científicas. Em 2015, foi anunciado o programa *Made in China 2025*, classificado como “aterrador” pelo secretário de Comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross. O objetivo do plano, segundo seus idealizadores, é transitar do modelo *made in China* para o *designed in China*. Em 2016, a Estratégia de Desenvolvimento Puxado Pela Inovação (*Innovation-Driven Development Strategy*, IDDS) iniciou nova rodada de investimentos em telecomunicações, gerenciamento de dados e inteligência artificial, vinculadas ao desenvolvimento da chamada indústria 4.0 (NOGUEIRA, 2022). O resultado foi expressivo. Em 2018, por exemplo, 09 das 20 maiores empresas de tecnologia da informação do mundo eram chinesas (FRENCH, 2018)

Por fim, após a divulgação do 14º Plano Quinquenal (2021-2025), a China deu início à transição do crescimento quantitativo para qualitativo, substituindo metas de crescimento por metas de qualidade. (UNGARETTI, 2021). O objetivo é que, nos próximos cinco anos, o país conquiste a autossuficiência tecnológica em áreas como inteligência artificial, informação quântica, semicondutores, neurociência, engenharia genética, medicina clínica, exploração do espaço, das profundezas e dos solos (UNGARETTI, 2021).

Do ponto de vista geopolítico, inicialmente, à semelhança dos americanos no século XIX, a projeção chinesa foi realizada de forma ambígua, sobretudo no seu entorno estratégico.

Exemplo disso, é o conflito no Mar Sul da China. Pequim reivindica o direito histórico sobre àquelas águas, ambição que não respeita os limites do mar territorial de nações como o Vietnã, as Filipinas e a Malásia. O que impele esses países a buscarem a proteção norte-americana, que, obviamente, tem interesse na manutenção do *status quo*; formando um teatro de contradições. De um lado, ao velho estilo da *Doutrina Monroe*, os chineses evocam a noção de *Ásia para os asiáticos*, denunciando a presença americana no outro lado do mundo. De outro, o gigante asiático usa de forma coercitiva o poder militar para suplantar as demandas dos vizinhos, impondo uma nova hegemonia.

Contudo, enquanto os EUA eram uma nação jovem no século XIX, sem um passado glorioso que pudesse ser reivindicado, a China é herdeira de um dos mais poderosos impérios da história. Esse fato permite que o PCCh apresente sua expansão não como dominação, mas como recuperação do espaço que lhe é de direito. Essa justificativa, contudo, é restrita à área de influência tradicional do Império do Meio, não serve para fundamentar as ambições globais do país. Pequim necessita de uma narrativa moral capaz de legitimar suas pretensões para além da sua área natural de atuação. No século XX, esse salto foi dado durante a Guerra-Fria, ancorado no imperativo de defesa do mundo livre contra a ameaça totalitária. Considerando que essa opção não está disponível, a pergunta é: como a hegemonia chinesa será estruturada no campo simbólico? Essa questão será debatida na sequência.

3. EUA E CHINA: COMPARAÇÃO ENTRE HEGEMONIAS RIVAIS

3.1. PENSAMENTO ESTRATÉGICO

É consenso entre a *intelligentsia* das duas superpotências que o sistema internacional caminha para o acirramento da rivalidade sistêmica, possivelmente bipolar. O mundo poderá presenciar nas próximas décadas uma nova onda de *expansão competitiva* (FIORI, 2004). Nesse contexto, os principais *players* deverão estar preparados para o retorno das disputas por áreas de influência. No século XXI, porém, não há espaço para a formação de impérios como no passado. A conquista militar se tornou demasiadamente custosa. Além disso, graças à herança da Guerra Fria, os que se recusam a obedecer têm agora acesso a armas suficientemente poderosas para manter à distância os países fortes” (HOBSBAWM, 2007, p. 77).

Por que os países periféricos deveriam escolher determinado ator e não outro? Essa é a principal pergunta que os teóricos terão que responder nos próximos anos. Na próxima década, portanto, a estruturação de uma narrativa que legitime a respectivas hegemonias tornar-se-á vital. A solidez da liderança será proporcional à capacidade de estabelecer laços da

interdependência subjetiva, consolidada a partir da construção de uma identidade comum entre os envolvidos. Para isso, é necessário a percepção de que todos compartilham o mesmo destino ou, segundo Wendt (2014), a consciência de “estar no mesmo barco”.

No contexto Guerra-Fria, a ideologia sistêmica partia do princípio de que ser livre significava adotar o modo de vida ocidental. Sobretudo após a conformação dos *sistemas de segurança coletiva*, as instituições das nações periféricas passaram a ser reguladas de fora. Ora, se a liberdade estava atrelada aos valores liberais, qualquer governo que recusasse seguir o receituário de Washington, uma vez que a segurança deveria ser coletiva e não individual, tornar-se-ia ameaça ao conjunto do sistema. Nesse momento, o complexo militar poderia ser acionado.

Nas últimas décadas, contudo, ficou evidente que a globalização está contribuindo para a ascensão chinesa. Esse fato inusitado acabou criando um estranho paradoxo: os elementos usados na contenção do comunismo passaram a ser defendido pelo Partido Comunista Chinês. Aproveitando-se dessa contradição, a *intelligentsia* chinesa tem reivindicado alguns valores ocidentais enquanto rejeita outros. A posição ambivalente propicia algumas vantagens. Ora, considerando que Pequim não poderia ser revisionista de um sistema que a beneficia, os atuais conflitos globais seriam simplesmente resultado da defesa intransigente do governo norte-americano. Por outro lado, a lembrança de que os asiáticos foram forçados a ingressar numa ordem preexistente, para a qual não foram consultados, é usada para rechaçar os elementos ocidentais que não os interessa. A expressão *com características chinesas* sintetiza a dialética de ser e não ao mesmo tempo.

No início de 2022, Rússia e China assinaram um documento simbólico de *refundação* do sistema internacional. As palavras selecionadas devem ser analisadas de forma cuidadosa. O texto não fala em superação da Ordem Liberal, mas de resgate dos princípios defendidos justamente por homens como Woodrow Wilson, que, com o tempo, haviam sido desvirtuados. O motivo foi que a noção de excepcionalidade nacional passou a ser usada para a expansão do poder imperial estadunidense. A democracia se transformou em um privilégio ocidental. Diante disso, a proposta eurásiana rejeita qualquer tipo de “universalismo expansivo” ou “catequético”, não a existência de valores universais (FIORI, 2022). Em outras palavras, as potências emergentes estariam contribuindo para a consolidação de uma comunidade de Estados verdadeiramente democrática e harmônica, baseada em leis, na liberdade econômica, no multilateralismo e na cooperação entre os povos.

A estratégia tem sido a de apostar nas contradições crescentes da ordem internacional pós Guerra-Fria, que entregou muito pouco do que havia prometido. A globalização das últimas

décadas produziu desequilíbrios e fortaleceu as assimetrias, concentrado poder em poucos Estados, ao mesmo tempo em que possibilitou a ascensão de novos centros regionais. Entre 2002 e 2010, por exemplo, enquanto a participação asiática a latino-americana no PIB global mais que dobrou, a África Subsaariana oscilou entre 2,0% e 3,0% (IPEA, 2011). Aproveitando-se dessa brecha, Pequim tem enfatizado que a civilização chinesa *carrega no DNA* os valores dos povos subdesenvolvidos. Nas palavras do presidente Xi: (*a China*) “pertencerá para sempre à família dos países em desenvolvimento”. (JINPING *apud* XUETONG, 2021).

Essa estratégia, conhecida como *dupla identidade* (XUETONG, 2021), coloca o país na condição de porta voz dos povos oprimidos e, em consequência, na posição de principal opositor das disparidades globais. Do ponto de vista das nações atrasadas, portanto, a ascensão chinesa representaria uma alternativa às assimetrias produzidas pela globalização conduzida pelos Estados Unidos. O pensamento político chinês é inspirado numa idealização de ordem harmônica conhecida *tianxia (Todos sob o céu)*, que, nas relações internacionais, seria uma ordem institucional orientada para o bem-estar coletivo. Para isso, seria fundamental a estruturação de mecanismos de governança que privilegiem as decisões conjuntas e a cooperação entre os povos (LIMA, 2018). O conceito de *comunidade internacional de destino comum*, por exemplo, pressupõe que seria possível que um novo modelo de equilíbrio de poder fosse alcançado, que, diferentemente do ocidental, não perpetuaria as assimetrias sistêmicas (JINPING, 2020).

No passado, os *tratados desiguais* foram usados para delimitar a hierarquia internacional entre países periféricos e centrais. A estruturação de um sistema equilibrado passaria pela revisão dessa dinâmica. A promessa é que seja estabelecida uma forma de cooperação *ganha-ganha*, que, além da área econômica, poderá envolver intercâmbio cultural, combate à pobreza, segurança, desenvolvimento tecnológico e auxílio nas negociações multilaterais. (JINPING, 2020). Esse foi a maneira encontrada para unir o sonho chinês à promessa de um sistema mais equilibrado, fundindo interesse individual aos anseios coletivos.

Portanto, longe de ameaçar as instituições democráticas, o ativismo chinês permitiria a conformação de mecanismos mais justos de governança. Não deveria haver, por conseguinte, impeditivo para que a *transição de poder* fosse processada de forma pacífica. Bastaria somente que o *poder hegemônico* aceitasse dividir o protagonismo global com os *poderes emergentes*, seguindo os parâmetros do que Yan Xuetong (2020) chamou *equilíbrio hegemônico*. A distância entre guerra e paz será proporcional ao apego dos Estados Unidos da América ao próprio poder.

A visão de Washington, obviamente, é diferente. Os liberais, de forma oposta à *Tianxia*, entendem que a harmonia sistêmica seria conquistada quando as partes que compõe o todo compartilhassem dos mesmos valores éticos. Após a Guerra Fria, a China foi integrada à Ordem Liberal na esperança de que a liberdade econômica fosse traduzida em liberdade política. O liberalismo econômico deveria servir de adubo para o florescimento do liberalismo político. Não foi o que ocorreu. Por isso, essa interpretação está sendo revisada.

Ora, como Wilson havia demonstrado, é a democracia que permite a conformação de um ambiente internacional pacífico, fundamental para que a liberdade econômica possa prevalecer, não o contrário. Um dos efeitos deletérios da convivência entre países autoritários e democráticos poderia ser percebido no que alguns analistas estão chamando de *Sharp Power*, isto é, o uso de informações manipuladas com o objetivo de gerar confusão mental. “Na última década, Pequim e Moscou gastaram dezenas de bilhões de dólares para moldar as percepções e o comportamento do público em todo o mundo” (NYE, 2018). A conclusão é de que o autoritarismo de alguns Estados estaria impossibilitando o funcionamento das instituições democráticas em outros.

A estratégia, nesse caso, é separar Estado e povo chinês. Considerando a ausência de eleições regulares, o governo comunista estaria no poder graças à repressão, o que deixaria margem para ações incisivas por parte da comunidade internacional, em defesa dos direitos humanos. O objetivo é vincular à disputa hegemônica à proteção das instituições democráticas e à defesa do “mundo livre”, pois, como observou Alexander Wendt: “Em vias de extinção, é natural para àqueles que estão se defendendo enquadrar sua situação como a de um destino comum com base no princípio de que *o inimigo do meu inimigo é meu amigo* e, com base nessa percepção se constitui um nós que deve trabalhar junto” (WENDT, 2014, p 422).

Em resumo, a narrativa oriental argumenta que a globalização promovida pela china, na ausência de ambições hegemônicas, passaria a operar seguindo o critério de justiça social e do respeito à soberania dos povos. Para os ideólogos ocidentais, ao contrário, em prol da democracia, seria obrigação o engajamento coletivo na luta contra o totalitarismo. Esse é o esboço do pensamento legítima a política externa das duas superpotências. Resta entender como tais narrativas estão sendo operacionalizadas na prática.

3.2 ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA

A modernização chinesa indica que o país encontrou o caminho para retornar ao posto de potência mundial. Se tudo permanecer constante, o sonho de rejuvenescimento poderá ser concretizado ainda na primeira metade do século XXI (ALLISON, 2020). Há, contudo, um

problema: quando o assunto é política internacional, nada permanece constante. Como os analistas estadunidenses não se cansam de lembrar, sucesso no passado não é garantia de prosperidade no futuro. Na próxima década, portanto, a diplomacia oriental deverá se concentrar na manutenção das condições que permitiram a reestruturação do país.

O confronto aberto não é vantajoso para Pequim. O problema é que, num ambiente de *rivalidades emergentes*, o que não interessa a um lado pode passar ser do interesse do outro (MIGOWSKI, 2021). Na perspectiva norte-americana, a liderança ocidental é elemento constitutivo da Ordem Liberal; ou seja, os EUA não reconhecem a disputa hegemônica como legítima, mas como ameaça, e usarão seu desproporcional peso político, econômico e militar para desestabilizar o rival. Postura agressiva, que, inclusive, não descarta o emprego do meio militar.

Como isso poderá ser feito? Na avaliação dos planejadores estadunidenses, a sociedade chinesa estaria *fraturada* e profundamente polarizada. A desigualdade social teria atingido níveis perigosos, a discriminação seria galopante e a corrupção desenfreada. Haveria, segundo a professora Elizabeth Economy (2021), em múltiplos níveis, *duas chinas*: a China *han* e a China *uigur*; a China rica e a China pobre; a China dos homens e a China das mulheres; a China da burocracia partidária e a China da população; a China dos empresários e a China dos trabalhadores; a China rural e a China urbana etc. Tais contradições teriam acentuado o caráter autoritário do governo Xi Jinping, evidenciado durante a brutal repressão em Hong Kong e em Xinjiang. “Se Xi não acertar o curso, o sonho chinês pode estar prestes a se tornar seu pesadelo”, alertou Economy.

Ora, se o país é uma *panela de pressão*, o que estaria impedindo o *edifício de voar pelos ares*? Os analistas apontam o impressionante crescimento econômico das últimas décadas como fator estabilizador. A população estaria anestesiada com a melhoria da qualidade de vida. Porém, quando os indicadores econômicos não apresentarem os mesmos resultados, tudo virá abaixo, pondera Economy (2021). Partindo desse diagnóstico, espera-se que as tensões decorrentes da competição EUA-China sejam, no final das contas, capazes de *quebrar a espinha dorsal do rival*. (PEI, 2020).

Há, obviamente, muitos exageros nessas avaliações – a maioria dos problemas apontados, inclusive, é visível também nas sociedades ocidentais –, mas a percepção de que o governo Xi Jinping depende da manutenção do ritmo de crescimento para a coesão interna, aparentemente, está correta. Se, nas democracias liberais, o descontentamento popular pode redundar na emergência do populismo de direita; caso os chineses desejem mudança, na

ausência de eleições regulares, o canal para extravasar a insatisfação popular poderá ser a sublevação contra as instituições controladas pelo PCCh.

As autoridades orientais sabem disso e estão se preparando para evitar que o *Sonho Chinês* seja interrompido pelo *barulho* ocidental. Por isso, durante a execução do 14º Plano Quinquenal, previsto para cobrir o período de 2021 a 2025, não serão poupados esforços para reduzir a exposição do país aos choques exógenos. A estratégia, intitulada *dupla circulação*, baseia-se tanto na ampliação dos acordos de livre comércio quanto no fomento do mercado doméstico, para, desse modo, fortalecer a cadeia interna de abastecimento, distribuição e consumo. Será incentivado igualmente o uso *renminbi* nas trocas internacionais (novas moedas digitais também estão sendo testadas), tecnologia que poderá permitir transações financeiras fora do sistema SWIFT, controlado por Washington. (XUETONG, 2021).

A projeção chinesa na região Ásia-Pacífico baseia-se na ideia de legitimidade e de vitimização histórica (BURLEIGH, 2019), provocando o que Robert Kaplan (2010) chamou de síndrome do território mutilado. Em 2018, Xi declarou que “a China não pode perder nem um centímetro do território deixado por nossos ancestrais” (JINPING, 2020). A justificativa é que o governo chinês tencionaria apenas recuperar o que foi arrancado do país à força pelo imperialismo ocidental. Tratar-se-ia, portanto, apenas de uma questão de justiça. O problema está no que não costuma ser dito por Pequim. Ora, o Império Qing, como o nome já deixa antever, foi construído anexando áreas antes ocupadas por outros povos. Por mais que o PCCh diga ser contrário a qualquer forma de hegemonia, fica a dúvida: é possível reconstruir um império sem ser imperialista?

Para recuperar a supremacia perdida no eixo Ásia-Pacífico, Pequim persegue três objetivos estratégicos simultâneos: 1. afastar a presença ocidental, 2. controlar o entorno geopolítico e 3. consolidar a liderança na região. Para isso, a inserção chinesa atua em duas frentes. Na parte ocidental, o país busca projeção na região da *Heartland*. É nessa região que estão sendo realizados os principais acordos comerciais, projetos de investimentos e parcerias estratégicas. No Leste, com uma costa oceânica de 9.000 milhas, a doutrina seguida, conhecida como *defesa ativa*, não se baseia apenas na proteção territorial no caso de uma eventual invasão, mas busca alterar a correlação de poder, de modo que possibilidade do uso da força sequer seja aventada.

A alteração do equilíbrio continental não será simples. Obviamente que os demais Estados não ficarão imóveis observando a estruturação da Ordem Sinocêntrica. Ao que tudo indica, os EUA atuarão em duas frentes: 1. intensificando os pontos de vulnerabilidade do rival

e 2. recorrendo à noção de nova Guerra Fria, usada para afastar a influência chinesa nas áreas em que a potência ocidental não apresenta vantagens competitivas.

Alguns analistas estadunidenses já falam na necessidade de conformação de um *concerto Indo-Pacífico* com três finalidades: 1. restaurar *equilíbrio de poder*, 2. promover uma ordem que os Estados da região reconheçam como legítima e 3. unificar os esforços de contenção da hegemonia chinesa. (CAMPBELL; DOSHI, 2021). Algumas medidas práticas inclusive já podem ser observadas. Estados Unidos, Japão, Austrália e Índia formaram uma coalizão conhecida como *Quad* e, recentemente, a parceria estratégica com a Austrália foi aprofundada por meio um pacto militar negociado em segredo, *Aukus*, que conta também com a participação do Reino Unido.

Hoje, a China possui cerca de 02 trilhões de dólares no exterior, boa parte para suprir a carência crônica de recursos naturais que o país sofre. (SAUNDERS, 2020). É fundamental protegê-los. O Livro Branco de 2015 já apontava a necessidade de utilizar o Exército de Libertação Popular (ELP) para assegurar os interesses nacionais no exterior, compromisso reafirmado em 2019, quando o documento foi atualizado (DREYFUSS; KARLIN, 2021). A previsão é o orçamento militar ultrapasse os 300 bilhões de dólares até 2023, valor superior ao de todos os países asiáticos somados (SAUNDERS, 2020). No mesmo período, com exceção dos EUA, nenhuma outra potência deverá investir acima de 80 bilhões de dólares nas forças armadas. (XUETONG, 2021). Indicativo forte da formação do sistema bipolar.

Desde 2017, a primeira instalação militar chinesa fora da Ásia está em operação no Djibouti. A escolha obviamente não foi ao acaso. O país africano é próximo ao Estreito de al Mandab e à base norte-americana de Camp Lemonnier; desse modo, o posto avançado poderá servir para garantir o abastecimento de petróleo e para coletar informações a respeito das atividades militares estadunidenses no continente (DREYFUSS; KARLIN, 2021). Porém, a maioria dos especialistas destaca que o modelo norte-americano de bases militares, além de custoso, possui considerável impacto geopolítico. Desse modo, pelo menos num primeiro momento, o provável é que a Pequim aposte em soluções flexíveis, como porta aviões e instalações rotacionais de uso civil e militar. (DOSHI, 2021).

Seja como for, ao contrário das ilhas artificiais construídas no Mar Sul da China, a iniciativa terá que ser fora da zona de influência regional. Fato que coloca um novo desafio: para expandir sua esfera de influência, Pequim tirou proveito da ambivalência que marca a atuação das potências emergentes no seu entorno estratégico. Esse benefício que deixará de existir em breve. O que virá na sequência? A resposta ficará para o futuro.

4. CONCLUSÃO

No início do século XXI, a liderança dos EUA passou a ser questionada de forma inédita. Embora as causas sejam múltiplas, três delas podem ser consideradas centrais: 1. enfraquecimento da legitimidade, 2. crise do liberalismo (econômico e político) e 3. declínio do poder relativo. Diante desse cenário, o artigo foi escrito com o objetivo de: 1. entender se o fim da ordem unipolar representa o colapso do poder norte-americano e 2. perceber a transformação sistêmica provocada pela emergência de novos polos de poder. Para isso, recorreremos ao método comparativo, para colocar em perspectiva a história dos dois protagonistas do século XXI: Estados Unidos da América e República Popular da China. Agora chegou os momentos de apresentar resumidamente os resultados.

Em 1945, a *Pax Americana* se consolidou a partir da impressionante supremacia econômica e ideológica do país após a Segunda Guerra Mundial. Nesse contexto, a crença no liberalismo, a ameaça comunista e o crescimento econômico durante os *30 anos gloriosos*, renovaram a fé no sistema capitalista. Após os anos 1970, por mais que a prosperidade das décadas anteriores não tenha sido retomada, a crise do socialismo real foi vista como comprovação de que, de fato, não havia alternativa ao neoliberalismo. Além disso, mesmo que países como Alemanha e Japão crescessem em ritmo acelerado, nenhum ator se mostrou verdadeiramente capaz de ameaçar a hegemonia norte-americana no interior do bloco capitalista.

Com o esfacelamento da URSS, essa dinâmica foi alterada. Nos anos 1990, sem barreiras, o poder estadunidense passou a organizar a globalização, usando a impressionante superioridade militar do país para evitar que os Estados menores dificultassem o fluxo financeiro global. Desse modo, sobretudo após o advento da noção de guerra preventiva, os EUA iniciariam uma guerra sem limites no espaço de no tempo (WOOD, 2006).

O que os teóricos ocidentais chamam de Ordem Liberal foi resultado da hegemonia militar, da convicção de que a desregulação econômica permitiria o *congelamento do poder* e do ativismo seletivo dos Direitos Humanos. O problema é que, na ausência de uma ameaça real que justificasse ação dessa magnitude, quando ficou claro que os alvos estavam sendo escolhidos de acordo com os interesses geopolíticos, os EUA perderam a capacidade de liderar pelo exemplo, dificultando o controle dos aliados e impondo a necessidade crescente de recorrer *hard power* para garantir o interesse nacional, provocando desgaste tanto na esfera diplomática quando em âmbito doméstico.

Esse cenário, somado ao fato de a globalização ter se mostrado incapaz de cumprir suas promessas iniciais, aumentou a descrença no liberalismo e deixou o caminho livre para o

recrudescimento do populismo de direita, que corroeu por dentro as bases da democracia representativa. Além disso, a abertura dos mercados globais deixou o caminho livre para outras nações, acirrando a concorrência capitalista. Na prática, a globalização agiu de modelo ambivalente, ao mesmo tempo em que permitiu a emergência de novos centros financeiros, concentrou poder no interior de um pequeno núcleo de Estados *pivôs*.

Foi nesse contexto que a China superou o atraso tecnológico e assumiu posição de destaque *nas cadeias globais de valor, demonstrando que, ao contrário do consenso imposto por Washington, havia alternativa ao modelo neoliberal (WEBER, 2021)*. Pela primeira vez, a hegemonia norte-americana passou a conviver com a ascensão de um rival à altura. O fim da Guerra Fria, hoje está claro, produziu um momento unipolar, não uma era unipolar, como imaginava-se. (ALLISON, 2020). O alardeado *fim da história* foi apenas o começo de uma outra trama. A dúvida é como o roteiro será desenvolvido.

Essa é a explicação para o recrudescimento da rivalidade China/EUA. A percepção de que os norte-americanos estavam perdendo espaço criou uma situação inusitada. A nação que havia propagado a superioridade do liberalismo passou a relativizá-lo. A estratégia atual é afastar Pequim do sistema sob liderança de Washington. O problema é que a integração do país asiático ao mercado global é tão profunda que ele não pode ser excluído sem que a economia global vá junto para *o buraco*, formando um paradoxo entre as prioridades geopolíticas e as necessidades econômicas. Por isso, a tendência é que as duas principais potências entrem em um intrincado jogo de afastamentos e aproximações sucessivas. Como José Luís Fiori (2021) observou, o destino do G7 é conviver com o sucesso da civilização chinesa.

Em resposta, ao mesmo tempo em que coloca o livre-comércio no topo das prioridades internacionais, a China evoca o direito à soberania para se contrapor ao ativismo moral estadunidense. A defesa que o PCCh faz da igualdade política, porém, deve ser vista com cautela. Durante séculos, a Ordem Asiática foi mantida pelo sistema hierárquico-tributário; ou seja, a tradição oriental não é tão igualitária quanto a narrativa oficial deixa transparecer. Além disso, como a disputa no Mar Sul da China tem demonstrado, quando interesses vitais estão envolvidos, a tendência é que prevaleça a *realpolitik*.

As principais nações emergentes, como Rússia, China e Índia, foram integradas à ordem capitalista de forma dependente e, por isso, tiveram que aceitar substantivas perdas territoriais. A tendência é que, conforme essas nações escalem na hierarquia global, tencionem a alteração do *status quo*, o que certamente fará com que sejam vistas como ameaçada à estabilidade mundial, abrindo brecha para a reformulação do ativismo norte-americano, enquanto potência

garantidora da paz mundial, contribuindo para a formação de uma esfera de poder coesa e para a unidade no interior na própria sociedade estadunidense.

O recrudescimento da rivalidade sistêmica, portanto, poderá contribuir para a reestruturação do poder global norte-americano, não o contrário. Contudo, para que isso ocorra, antes, as autoridades estadunidenses precisam propor um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberalismo, que seja capaz de resolver as crescentes disparidades sociais, responsáveis pelo avanço da direita populista, e que permita o desenvolvimento das regiões periféricas. Em outras palavras, o novo consenso de Washington precisa ser de fato realizado de forma consensual, pois, dessa feita, as alternativas são muito mais claras.

Por mais que a tendência atual seja de conformação da ordem bipolar, ao contrário da Guerra-Fria, a rivalidade não deverá evoluir para um *conflito existencial*. Em vez de formar blocos econômico-militares antagônicos, com exceção de algumas parcerias localizadas, a maioria dos Estados deverá adotar posição equidistante em relação às superpotências, ora apoiando um lado, ora se aproximando do outro; não haverá nova Cortina de Ferro, mas áreas de influência sobrepostas umas as outras. As alianças serão fluidas. Nesse cenário, a formação de identidades terá importância fundamental, o que explica a retórica oriental da dupla identidade e a narrativa ocidental a respeito do retorno da ameaça totalitária.

A dúvida é como o Sistema Sinocêntrico será estruturado. Até bem pouco tempo, a China buscou projeção no eixo Ásia-Pacífico. Recentemente, porém, vendo o recuo norte-americano, o governo Xi Jinping percebeu a oportunidade de promover uma política externa mundial, dando início ao que está sendo chamado por alguns analistas de *Grande Jogo* (DOSHI, 2021). O *Grande Jogo*, no que diz respeito à governança global, está sendo disputado em duas frentes: ao mesmo tempo em que Pequim busca fortalecer seu *status* no interior das instituições multilaterais, promove arranjos alternativos sob sua liderança. (STUENKEL, 2018).

Na condição de *potência júnior*, os chineses deverão restringir a competição às áreas que consideram ter vantagem estratégica, ou pelo menos, condições de ameaçar a supremacia ocidental, como redução da pobreza, comércio, infraestrutura, desenvolvimento, tecnologia 5G e investimentos (XUETONG, 2021). Com o tempo, porém, a tendência é que novos pontos de atrito apareçam. Em suma, o sistema internacional presenciará não uma, mas múltiplas *transições de poder*, em níveis diferentes. A próxima fronteira desafiada, inclusive, poderá ser o pilar mais sensível de sustentação da *Pax Americana*: o poder militar. Movimento que, caso ocorra, terá consequências imprevisíveis. Nesse caso, a única certeza é de que, nas próximas décadas, os norte-americanos não ficarão inertes, enquanto rezam para que a tão esperada bolha financeira sepulte em definitivo o *Sonho Chinês*.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. **A Caminho da Guerra**: os Estados Unidos e a China conseguirão escapar da Armadilha de Tucídides? 1º. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ALLISON, Graham. The new spheres of influence sharing the globe with other great powers. *Foreign Affairs*: março/abril de 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-02-10/new-spheres-influence>. Acesso em: 25 jun de 2021.

ALLISON, Graham. The truth about the Liberal Order: why It didn't make the Modern World. *Foreign Affairs*, 18 ago. 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2018-08-28/truth-about-liberal-order>. Acesso em: 3 nov. 2021.

ANDERSON, Perry. **A Política Externa Norte-Americana e seus Teóricos**. 1º. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

ANDERSON, Perry. **Rússia e China**: duas revoluções. 1º. São Paulo: Boitempo. 2018.

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; ZANCUL, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0: A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 143-170, 25 maio 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/144303/148939>. Acesso em: 5 mar. 2022.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. 1º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

BANDEIRA, Moniz. **Formação do Império Americano**: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

BARRÍA, Cecília. O ambicioso plano 'Made in China 2025': como que Pequim quer conquistar o mundo. **BBC mundo**, 8 maio 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44039447>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BASTOS, Estevão Xavier. Inflação e nível de atividade na economia global. **Carta de Conjuntura**, Brasília, ano 17, v. 54, p. 1-9, 24 fev. 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/220224_cc_54_nota_17_economia_mundial.pdf. Acesso em: 15 abr. 2022.

BRENNAN, David. Jimmy Carter took call about China form concerned Donald Trump: China's has not wasted a single penny on war. **Newsweek**, US. abr. 2019. Disponível em: <https://www.newsweek.com/donald-trump-jimmy-carter-china-war-infrastructure-economy-trade-war-church-1396086>. Acesso em: 2 nov. 2021.

BRZEZINSKI, ZBIGNIEW. Toward a Global Realignment. **The American Interest**, [S. l.], ano 6, v. 11, p. 1, 16 abr. 2016. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2016/04/17/toward-a-global-realignment/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BURLEIGH, Michael. **Uma história do presente: o pior e o melhor dos mundos**. 1º.ed. Lisboa: Almedina. 2019.

CAMPBELL, Kurt. M; DOSHI, Rush. How american shore up Asian Order. **Foreign Affeirs**: 12 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-01-12/how-america-can-shore-asian-order>. Acesso em: 19 jun 2021.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. (org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DOMINGUES, Catarina. A China pode abrir novas bases militares em África. DW: Macau, 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/china-pode-abrir-novas-bases-militares-em-%C3%A1frica/a-55243094>. Acesso em: acesso em 20 nov. 2020.

DOSHI, Rush. The long game: Chinas' grand strategy to displace american order. 1º. ed. New York: Oxford Press, 2021.

DREYFUSS, Leah; KARLIN, Mara. CHINA attempts to ace bases overseas. In: CHHABRA, Tarun; DOSHI, Rush; HASS, Ryan; KIMBALL, Emilie. **Global China: assessing China's growing role in the world**. 1º. ed. Washington: The Brookings Institution, 2021. cap. 27, p. 270-283.

ECONOMY, Elisabeth. China's Inconvenient Truth: Official Triumphalism Conceals Societal Fragmentation. **Foreign Affairs**: 28 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-05-28/chinas-inconvenient-truth>. Acesso em: 19 jul 2021.

FIORI, José Luís (org). **O poder americano** 3º. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. 1º. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FIORI, José Luís. **A síndrome de Babel e a disputa do poder global**. 1º. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

FIORI, José Luís. Sete potências e um destino: conviver com o sucesso da civilização chinesa. **Sul21**, Porto Alegre, p. 1, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2021/06/sete-potencias-e-um-destino-conviver-com-o-sucesso-da-civilizacao-chinesa-por-jose-luis-fiori/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

FIORI, José Luís. A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China. **Sul21**, Porto Alegre, p. 1, 23 jun. 2021. Disponível em: [A crise da Ucrânia e o acordo entre Rússia e China \(por José Luís Fiori\) - Sul 21](#). Acesso em: 13 mar. 2022.

FRIEDMAN, George & FIREDMAN, Maredrith. **O Poder Mundial: tecnologia e o Domínio dos Estados Unidos no Século XXI**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Bibliex. 2009.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2015.

GONTIJO, Cláudio. **A nova crise da hegemonia americana**. Curitiba: Appris, 2019

HANDLER, Bruno. Crise de hegemonia e rivalidade política EUA-China. In: MUSSE, Ricardo. **China contemporânea: seis interpretações**. 1º. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 54-78.

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. 1º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric. O que o Império poderia ensinar aos EUA. **Le Monde Diplomatique**. 2008. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-que-o-imperio-britanico-poderia-ensinar-aos-eua/>. Acesso em: 20 nov. 2021

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

IKENBERRY, John. The plot against american foreign policy: can the Liberal Order survive? **Foreign Affairs**, New York, p. 1, 1 jun. 2017. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2017-04-17/plot-against-american-foreign-policy>. Acesso em: 2 nov. 2021.

IPEA. ESTADOS Unidos, Europa e China no contexto da crise financeira internacional. **Comunicados do IPEA**, Brasília, v. 1, n. 119, ed. 1, p. 1-15, 3 nov. 2011. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5275/1/Comunicados_n119_EUA.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

JAGUARIBE, Anna. Capacidades Estatais comparadas: a China e a reforma do Sistema Nacional de Inovação. **IPEA**, Brasília, v. 1, p. 7-35, 1 abr. 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4222/1/td_2085.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

JAHN, Mark. Which country is the largest exporter of goods in the world? **Investopedia**: 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.investopedia.com/ask/answers/011915/what-country-worlds-largest-exporter-goods.asp>. Acesso em: 25 jul. 2021

JINPING, Xi. **A Governança da China**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020. v. 2.

JOHNSON, Chalmers. **As Aflições do Império: militarismo, operações secretas e o fim da república**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

JUNIOR, Augusto Teixeira. A Reconfiguração do Tabuleiro Internacional e suas Implicações para o Brasil. **Revista Análise Estratégica**. – V. 5 Jul/ Dez, 2018.

LEVY, Paulo Mansur. Conjuntura recente e perspectivas para a economia internacional. **Carta de Conjuntura**, Brasília, ano 50, v. 25, n. 1, p. 1-13, 29 mar. 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2021/03/210329_cc50_nota_economia_mundial_2.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 1º. ed. São Paulo: Saraiva. 2012.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2015

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. 1º. ed. Rio de Janeiro: Objetiva. 2012.

LIMA, Marcos Costa. Nova teoria das relações internacionais chinesa e a ascensão do país: o conceito de Tianxia. *In*: VADELL, Javier. **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**. 1º. ed. Belo Horizonte: Puc Minas, 2018. cap. 1, p. 13-41.

KAPLAN, Robert D. The geography of chinese Power: How Far Can Beijing Reach on Land and at Sea? *Foreign Affairs*: maio/junho de 2010. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2010-05-01/geography-chinese-power>. Acesso em: 19 jul 2021.

KENNEDY, Paul. **O parlamento do Homem**: história das Nações Unidas. Lisboa: Almedina. 2009.

KENNEDY, Scott. Fabricado na China 2025. **CSIS**, [S. l.] jun. 2015. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/made-china-2025>. Acesso em: 5 mar. 2022.

MAHBUBANI, Kishore. **A China venceu?**: o desafio chinês à supremacia americana. 1º. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

MAIA, Isis Paris; PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento é a força motriz da erradicação da pobreza na China. **Sul21**, Porto Alegre, p. 1, 14 out. 2021. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniaio/2021/10/desenvolvimento-e-a-forca-motriz-da-erradicacao-da->.

MARTI, Michael. **A China de Deng Xiaoping Marti**: o homem que pôs a China na cena do século XXI. 2º. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of great power politics**. 1º. ed. New York: W.W Norton Company, 2014.

MIGOWSKI, E. Estados Unidos, China e a transição de poder no século XXI. *Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares*, v. 15, n. 53, p. 207-221, 7 maio 2021.

NOGUEIRA, Isabela. Estado planejador: o singular caso chinês. *Outras Palavras*, 15 fev. 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/estadoemdisputa/estado-planejador-o-desconcertante-caso-chines/>. Acesso em: 13 abr. 2022.

NYE, Joseph. How Sharp Power threatens Soft Power: the right and wrong ways to respond to authoritarian influence. *Foreign Affairs*: 24 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-01-24/how-sharp-power-threatens-soft-power>. Acesso em: 25 jun de 2021.

OBAMA, Barack. *Uma terra prometida*. 1º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

PEI, Minxin. China's coming upheaval: China's Coming Upheaval. Foreign Affairs: maio/junho de 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-04-03/chinas-coming-upheaval>. Acesso em: 19 jun de 2021.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Três perceptivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 237-257, 1 jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/69w3yphKVqnxq6x7pg6w3tj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 abr. 2022.

PU, Xiaoyu. Controversial Identity of a Rising China. **The Chinese Journal of International Politics**, Oxford, n. 10, ed. 1, p. 131–149, 29 maio 2017. Disponível em: [Identidade controversa de um | da China em ascensão O Jornal Chinês de Política Internacional | Oxford Academic \(oup.com\)](https://www.oup.com/academic/doi/10.1093/cjip/cly011). Acesso em: 03 nov. 2021.

RATO, Vasco. **De Mao a Xi: o ressurgimento da China**. 1º. ed. Lisboa: Alêtheia Editores, 2021.

ROBERTS, Michael. O declínio relativo dos EUA. **A Terra é Redonda**, 4 set. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-declinio-relativo-dos-eua/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

SANTOS, Carlos José Crespo. A geopolítica da expansão dos EUA e as teorias geopolíticas clássicas. **Revista de Geopolítica** –v. 3, n: 2, p. 173-194 – Jul/Dez, 2012.

SAUNDERS, Phillip. China's global military-security. In: SHAMBAUGH, David. **China: the world**. 1º. ed. New York: Oxford Press, 2021. p. 3-21.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Oásis para o capital: solo fértil para a corrida de ouro**. 1º. ed. Curitiba: Appris, 2020.

SHAMBAUGH, David. China's long march to global power. In: SHAMBAUGH, David. **China: the world**. 1º. ed. New York: Oxford Press, 2021. p. 3-21.

SOLISTICA, Panorama global do comércio marítimo. **Solistica**, [S. l.], p. 1, 30 set. 2021. Disponível em: <https://blog.solistica.com/pt-br/panorama-global-do-comercio-maritimo>. Acesso em: 4 nov. 2021.

STUENKEL, Oliver. **O Mundo Pós-Occidental: potências emergentes e a Nova Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 2018

TISCHLER, Mark. China's 'never again' mentality. **The Diplomat**, Washington, 18 abr. 2020. Disponível em: [China's 'Never Again' Mentality – The Diplomat](https://www.diplomat.com/story/china-never-again-mentality-2020-04-18). Acesso em: 03 nov. 2021.

UNGARETTI, Carlos Renato. O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em Perspectiva Doméstica e Internacional: Economia, inovação e meio-ambiente. **Núcleo de Estudos do BRICS**, Rio Grande do Sul, p. 1, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

WEBER, Isabella. **How China escaped shock therapy**: the market reform debate. Londres: Routledge. 2021

WENDT, Alexander. **Teoria social da Política Internacional**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio. 2014.

WOOD, Ellen. Imperialismo dos EUA: hegemonia econômica e poder militar. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, ed. 1º, p. 49-62, 4 ago. 2004. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=19&numero_revista=19. Acesso em: 29 mar. 2022.

XUENTONG, YAN. Becoming strong. **Foreign Affairs**: julho/agosto de 2021. Disponível em em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-06-22/becoming-strong>. Acesso em: 19 jul. 2021.

XUENTONG, YAN. The age of unesasy peace. **Foreign Affairs**: janeiro/fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2018-12-11/age-uneasy-peace>. Acessoem 19 jul 2021